



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/CPL-PU Nº 021/2015**

A Prefeitura Universitária da UFPB, torna público por intermédio do Pregoeiro designado pela PORTARIA/UFPB/PU nº 026/2015, de 10 de abril de 2015, e pela PORTARIA R/GR/ nº 685/2015, de 06 de maio de 2015, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** para **REGISTRO DE PREÇOS – do tipo menor preço global**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nº. 3.555, de 8 de agosto de 2000, nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000, nº 3.784, de 6 de abril de 2001, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 2.271, de 7 de julho de 1997, nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, nº 8.250 de 23 de maio de 2014, Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e ainda, a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (e Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014) e o Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007.

Processo Administrativo: 23074.037376/2015-04.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado, far-se-á a abertura da Sessão Pública do Pregão, por meio de sistema eletrônico:

Data: 28/05/2015.

Horário de Brasília – DF: 08:00h.

Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br – UASG 153066



As propostas deverão ser encaminhadas através do endereço eletrônico até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EXTINTORES DE INCÊNDIO COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, E EVENTUAL SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, conforme disposto neste Termo de Referência, **que passa a fazer parte integrante deste Edital, independente de transcrição.**

1.2 A licitação será composta de um único grupo, contendo 45 (quarenta e cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência (Anexo I), devendo os licitantes oferecer proposta para todo o grupo.

1.3 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, “SIASG”, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.

1.4 Constituem anexos a este edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo III: Declarações (Declaração de ME e EPP; Declaração de concordância de todos os termos da licitação; Declaração de fatos impeditivos; Declaração de Menor; Declaração de Elaboração Independente de Proposta);

Anexo IV: Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Locais e Dificuldades do Serviço;

Anexo V: Minuta do Contrato;

Anexo VI: Planilha de Formação de Preços.

2. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES (ESCLARECIMENTOS)

2.1 A Licitante que pretender obter esclarecimentos sobre o Edital e seus Anexos deverá solicitá-los por escrito, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da

sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail cpl-pu@prefeitura.ufpb.br.

2.2 As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo pregoeiro através do site www.comprasnet.gov.br, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Pregão as empresas que:

3.1.1 Atendam às condições deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação,

3.1.2 Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002.

3.1.2.1 As empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública.

3.1.3 Não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas e, não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.1.4 Não estejam impedidas de contratar com a Administração ou com o direito de licitar suspenso enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;

3.1.5 Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

3.1.6 Não seja servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os licitantes interessados em participar do certame deverão providenciar, previamente, o seu credenciamento no site www.comprasnet.gov.br

4.1.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2 O credenciamento do licitante bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema – Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão – implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico – § 6º, Art. 3º do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005.

4.1.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a UFPB/PU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.1.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 As propostas deverão ser formuladas de acordo com as especificações contidas no formulário Anexo I e enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através do endereço www.comprasnet.gov.br.

5.1.1 O envio da proposta será efetuado pela utilização de chave de acesso e senha privativa do licitante, desde o momento da publicação do Edital no Diário Oficial da União, até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

5.1.2 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.1.3 Na proposta deverá constar o detalhamento do objeto ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, o valor unitário e o valor total. A mesma deverá atender todas as condições e especificações constantes deste edital e seus anexos. Constam em nosso Termo de Referência as quantidades a serem entregues na Prefeitura Universitária e nos órgãos participantes.

5.1.3.1 Lembramos aos fornecedores/licitantes da obrigatoriedade do detalhamento do objeto ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” por ocasião do lançamento de suas propostas no site

www.comprasnet.gov.br. A descrição deverá conter no mínimo o que está sendo solicitado no edital, acrescida das demais características que o produto ou serviço agregue. Não serão aceitas expressões do tipo “conforme edital atende o edital, conforme modelo” entre outras.

5.1.4 Se o produto/serviço possuir qualquer característica distinta, esta deverá ser consignada na proposta, para efeito de avaliação, sob pena de ser-lhe exigido, no momento da entrega, exatamente o produto solicitado no edital;

5.1.5 Nos preços propostos e nos lances que oferecer, já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

5.1.6 O prazo da validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, iniciando-se sua contagem na data da realização desta licitação.

5.1.7 Os produtos ou serviço ofertados devem atender aos requisitos técnicos solicitados no anexo deste edital.

5.1.8 A Licitante que enviar proposta para os itens agrupados deverá cotar obrigatoriamente todos os itens do grupo, como condição de participação.

5.2 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3 Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 Como requisito à participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

5.5 Os produtos ou serviço serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;

5.6 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seu Anexo, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas neste.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

6.1 A partir das 08h:00h do dia 28/05/2015 e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas recebidas, conforme item 5 deste Edital – Proposta de Preços e de acordo com o Decreto nº. 5.450, de 2005.

6.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

7. DA FASE COMPETITIVA

7.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

7.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4 Os lances deverão ser ofertados para o VALOR UNITÁRIO do item que multiplicado pela quantidade resultará no valor total.

7.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema.

7.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

7.8 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.9 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.9.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.10 Após o encerramento dessa etapa da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.10.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10.2 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do tipo do menor preço global, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho, conforme definidos no Edital e no Termo de Referência.

8.2 Quando for o caso, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, e houver proposta apresentada por licitante que detenha essa(s) condição(ões), proceder-se-á da seguinte forma:

8.2.1 As microempresas ou empresas de pequeno porte que apresentem propostas iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, caracterizando, dessa forma, uma situação de empate, terão asseguradas, como critério de desempate, a preferência de contratação.

8.2.2 Para efeito do disposto no subitem acima, proceder-se-á da seguinte forma:

8.2.2.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o OBJETO LICITADO;

8.2.2.2 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, não exerça o direito de preferência na forma deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.2.2.3 No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.2.2.4 O desempate será feito através do sistema, o qual avisa aos licitantes que existe empresas em situação de desempate, caso a ME ou EPP não esteja com o valor até 5% o sistema não informará, mesmo que o primeiro lugar seja uma empresa normal.

8.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.4 Na hipótese da não-contratação, o OBJETO LICITADO será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 O disposto no subitem 8.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.6 O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante, para que seja obtido preço melhor.

8.7 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante classificada em primeiro será convocada para anexar no sistema eletrônico, de imediato, a documentação relativa a habilitação, as Planilhas solicitadas e sua Proposta Comercial, ajustada em conformidade com o lance vencedor, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado e, se possível, um catálogo, manual ou prospecto com imagem do produto. O Sistema encami-

nhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado deverá encaminhar o arquivo, por meio do link “Anexar”. A função de enviar anexo do fornecedor desaparecerá quando o pregoeiro clicar no botão “Encerrar Convocação”. **O anexo deverá ser enviado dentro do prazo de 02 (duas) horas após encerramento da fase de lance e convocação do pregoeiro, prorrogáveis mediante solicitação do fornecedor, a critério do pregoeiro.**

8.9 Será desclassificada a proposta vencedora com valores superiores aos preços máximos fixados no termo de referência ou que apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os do mercado.

8.10 Para os itens agrupados, a classificação final será feita pelo valor global do grupo.

8.10.1 A cada lance ofertado (por item), o Sistema atualizará automaticamente o valor global do grupo sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o menor valor global do grupo;

8.10.2 Finda a disputa, a aceitação será para o grupo, não sendo possível aceitar parte dos itens, o mesmo ocorrendo nas demais fases de habilitação, adjudicação e homologação;

8.11 Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços.

8.12 Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.13 Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

8.14 Após a análise e julgamento da proposta de preços, a licitante vencedora será convocada para encaminhar, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a documentação física para análise e, uma vez aprovada, efetuada a habilitação da empresa.

8.15 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade, previstas na legislação pertinente.

9. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

9.1 Para habilitação dos licitantes será exigida a documentação relativa à:

- I. Habilitação jurídica;
- II. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, o sistema de Seguridade Social – INSS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- III. Habilitação econômico-financeira;
- IV. À regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais;
- V. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição;
- VI. Declaração de fato superveniente, atestando a inexistência de circunstâncias;
- VII. Declaração de que a empresa licitante conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
- VIII. Declaração de Elaboração Independente de Proposta

9.2 A documentação relativa aos incisos I, II, III e IV será verificada “online” no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, caso a empresa possua habilitação parcial no SICAF o inciso III também será verificado “online”.

9.3 Para atender ao disposto nos incisos IV, V, VI e VII o licitante deverá enviar na forma eletrônica as declarações no momento do cadastro da proposta no site www.comprasnet.gov.br.

9.4 Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.5 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

9.6 Contrato Social e sua última alteração;

9.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme estabelecido pela Lei nº 12.440, de 7 de Julho de 2011. O prazo de validade da CNDT é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua emissão.

10. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1 É obrigatório o encaminhamento do Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis do último exercício social, apresentado na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, de acordo com o inciso I do Art. 31 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 1.078 do Código Civil.

10.2 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned}
 &\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\
 \text{LG} = &\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}; \\
 &\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\
 \text{SG} = &\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e} \\
 &\text{Passivo Circulante}
 \end{aligned}$$

10.3 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.3.1 Todos originais assim como a Proposta atualizada, também deverão ser enviados, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o encerramento da sessão, para o endereço abaixo:

Universidade Federal da Paraíba – Campus I (Reitoria)
A/C Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Universitária
Antiga Sala de Reuniões da Reitoria
Cidade Universitária, S/N
João Pessoa, PB – CEP: 58.051–900
E-mail: cplpu@prefeitura.ufpb.br

10.3.2 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu Anexo, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado, devendo instruir o processo com vistas a possíveis penalidades.

10.3.3 Documento apresentado com a validade expirada acarretará a inabilitação do proponente.

10.3.4 Para fins de habilitação, a verificação pela PU, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

10.3.5 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.3.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

10.3.7 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e artigo 7º da lei 10.520 de 17.07.2002, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.1 A CONTRATADA deverá contar com equipe de profissionais habilitados à manutenção dos extintores de incêndio, devendo o Responsável Técnico, comprovar registro profissional no Conselho ou Órgão de Classe. O Responsável Técnico deverá comprovar vínculo formal com a empresa CONTRATADA.

11.2 A CONTRATADA deverá apresentar um ou mais ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, comprovando que prestou serviços similares ao objeto do presente Termo, na forma de Declarações de realização de serviços similares e equivalentes, emitidas por entidades de direito público ou privado, contendo a descrição dos serviços e os respectivos quantitativos.

11.3 A CONTRATADA, antes do ato licitatório, poderá, a seu critério, realizar vistoria dos equipamentos e locais de instalação. Para tanto, deverá entrar em contato com a Seção de Equipamentos da Prefeitura Universitária – SE, pelo telefone (83) 3216-7323, no horário de das 08h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta-feira, para agendamento. Não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento da situação existente e/ou estado dos equipamentos.

11.4 A CONTRATADA deverá preencher a Declaração de Conhecimento das Condições Locais e Dificuldades do Serviço (constante no Anexo IV), responsabilizando-se pela perfeita execução do serviço objeto desta presente licitação.

11.5 A CONTRATADA também deverá apresentar os seguintes documentos técnicos:

- **Comprovante de registro da empresa junto ao Conselho ou Entidade de Classe;**
- **Comprovante ou Certificação de credenciamento emitido pelo órgão responsável pela prevenção e combate a incêndio – Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba;**
- **Comprovação de registro de empresa de serviço de inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndios conforme regulamento técnico de qualidade (INMETRO nº 206, de 16 de maio de 2011), dentro do prazo de validade.**

11.6 A CONTRATADA deverá apresentar o orçamento com a discriminação dos preços unitários e dos preços totais, de todos os materiais necessários para a execução dos trabalhos.

12. DOS RECURSOS

12.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, manifestar imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer.

12.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3 Será concedido ao licitante que manifestar intenção de interpor recurso o prazo estabelecido no sistema para apresentar as razões de recurso, também apresentado em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.4 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro na hipótese de inexistência de recursos. Após a adjudicação o processo será encaminhado, devidamente instruído, à autoridade competente, para homologação.

13.2 Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, o processo será submetido à Autoridade competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

13.3 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Homologada a licitação, o registro de preços será formalizado através da Ata de Registro de Preços na forma da minuta constante do Anexo II e nas condições previstas nes-

te Edital, com o objetivo de registrar formalmente proposta de preços para futuros fornecimentos dos produtos objeto deste Pregão, com compromisso obrigacional por parte das empresas beneficiárias, e sem obrigar que sejam efetivadas pela administração as aquisições que dele poderão advir, conforme Decreto nº 7.892/2013.

14.2 A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada ao presente Edital, inclusive a seus demais anexos, em todas as suas cláusulas, e às Propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, ao Decreto nº 7.892/2013, à Lei 8.666/1993 e a toda a legislação pertinente.

14.3 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do cumprimento dos requisitos de publicidade oficial, e estará integralmente condicionada às cláusulas deste Edital, independentemente de transcrição.

14.4 No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, a Prefeitura Universitária (PU) registrará os demais licitantes, na ordem de classificação.

14.5 A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

15. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

15.1 Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

14.1.1 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

15.2 A beneficiária, quando for o caso previsto acima, deverá formular à administração requerimento para a revisão comprovando a ocorrência do fato.

15.3 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão.

15.4 Junto com o requerimento a beneficiária deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da Proposta e do momento do pedido de revisão, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

15.5 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

15.6 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pela PU para alteração, por aditamento, dos valores registrados na Ata, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na Proposta.

15.7 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão publicadas no Diário Oficial da União.

15.8 Na hipótese da beneficiária não efetuar a adequação dos preços aos de mercado, o Órgão Gerenciador, a seu critério poderá cancelar, total ou parcialmente, a Ata de Registro de Preços.

15.9 O Órgão Gerenciador poderá desde que seja conveniente aos interesses da administração, cancelar, total ou parcialmente, a Ata de Registro de Preços, sem que com isso, a beneficiária tenha direito a interpor recursos, ou a indenizações.

16. DO CANCELAMENTO

16.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e por iniciativa da administração quando caracterizado o interesse público.

16.2 O fornecedor terá seu registro na Ata de Registro de Preços cancelado:

I. A pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir com as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

II. Por iniciativa do órgão ou entidade usuário, quando:

- a) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- b) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preço, sem justificativa aceitável.

III. Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando:

- a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

16.3 O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

16.4 Em qualquer hipótese de cancelamento de registro é assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17. DOS USUÁRIOS

17.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado deste certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº. 7.892/13, na IN–SEAP nº. 01/2002, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

17.2 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a PU/UFPB e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

17.4 Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar os materiais registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.5 As Atas SRP, após a sua assinatura, ficarão à disposição para download durante seu período de vigência, no site www.prefeitura.ufpb.br/cpl. Ficarão também à disposição no site supracitado após a assinatura das Atas: o Edital, o Aviso de Licitação e o Resultado de Julgamento publicados no D.O.U.

18. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

18.1 As condições de fornecimento encontram-se detalhadas em item(ns) próprio(s) do Termo de Referência (Anexo I).

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício 2015, a cargo da UFPB e recursos decorrentes de descentralização voluntária, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas constarão da Nota de Empenho.

19.2 Os recursos dos órgãos participantes correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento geral da União, para o exercício 2015 dos respectivos órgãos.

20. DA ENTREGA

20.1 A entrega encontra-se detalhada em item(ns) próprio(s) do Termo de Referência deste Edital (Anexo I).

21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da execução do objeto (ou da data final do período de adimplemento de cada parcela), mediante a apresentação do documento fiscal competente (nota fiscal/fatura), devidamente aprovado pela Contratante, por meio de ordem bancária de crédito, em depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

21.2 A emissão documento fiscal competente (nota fiscal/fatura) deve ser realizada em um prazo máximo de 15 (quinze) dias após a entrega do bem.

21.3 A cada pagamento a ser efetivado pela Contratante será realizada prévia verificação da regularidade fiscal da Contratada junto ao SICAF. Cabe à empresa fornecedora que vencer o certame licitatório observar a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e se for o caso, cumprir.

21.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

21.5 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive, na nota fiscal/fatura, esses serão restituídos pela Contratante no prazo de até 10 (dez) dias úteis, para que a Contratada promova as correções necessárias, não respondendo a UFPB por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes enquanto a Empresa Fornecedora não devolver o documento supramencionado.

21.6 A UFPB reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Ata de Registro de Preços, no Contrato e em seus anexos.

22. DA FISCALIZAÇÃO

22.1 Competirá ao Coordenador da CST/PU, proceder o acompanhamento e a FISCALIZAÇÃO da execução do objeto da Ata de Registro de Preços, devendo para o exercício do encargo, ser designado através de PORTARIA do Prefeito Universitário, ficando, igualmente, na incumbência de atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA, antes do envio para a liquidação da despesa e o posterior pagamento.

22.2 As exigências e a atuação do FISCAL a ser designado pelo Prefeito da UFPB em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Empresa fornecedora vencedora da Licitação no que concerne a execução do objeto contratado em consonância com o Termo de Referência, com o Edital e com a Ata de Registro de Preços.

22.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas contratuais.

22.4 Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

23.1 As obrigações da Contratante e da Contratada encontram-se detalhadas em item(ns) próprio(s) do Termo de Referência deste Edital (Anexo I).

24. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, conforme o disposto no Artigo 18 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

24.2 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro horas).

24.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas no subitem 25.2 deste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

25.2 Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela verificação de quaisquer das situações prevista no art. 78, incisos I a XI da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a administração poderá aplicar as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras:

25.2.1 - Advertência;

25.2.2 - 0,1 % (um décimo por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso injustificado, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. Após o quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

25.2.3 - 2,0 % (dois por cento) sobre o valor adjudicado, no caso de atraso na entrega do objeto por período superior ao previsto no subitem 25.2.2 ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

25.2.4 - 10,0 % (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

a) A multa a que alude estes tópicos, não impede que a contratante rescinda, unilateralmente, o contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época.

25.2.5 - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a UFPB, por prazo de até 02 (dois) anos;

25.2.6 - Cancelamento do respectivo registro na Ata.

25.3 As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

25.4 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação, em contrário, do(a) Pregoeiro(a).

26.2 Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, não gerando, neste caso, para as licitantes, qualquer direito a indenização às licitantes, por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

26.3 Qualquer modificação neste Edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.4 É facultada ao (a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

26.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.6 Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

26.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará, para a licitante, direito à aquisição do objeto licitado pela Administração.

26.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

26.9 Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes da Seção 24 deste Edital, o lance será considerado proposta.

26.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais;

26.12 Quaisquer informações complementares sobre este Edital e seus anexos poderão ser obtidas na:

Universidade Federal da Paraíba – Prefeitura Universitária
Reitoria (antiga sala de reuniões)
Comissão Permanente de Licitação
Cidade Universitária, S/N - João Pessoa – PB
CEP: 58.051-900

Através do Fone: (83) 3216-7091, no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

26.13 O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório, será o da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

João Pessoa – PB, 01 de julho de 2015.

JANDIR DE SANTANA
Prefeito Universitário – UFPB

De acordo.

Declaro aprovado o presente EDITAL e todos os seus anexos, conforme a legislação em vigor. Retorne-se ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, para devido prosseguimento do feito.